



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 134

127ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Mensagens 03

Indicações 16

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 16

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 17

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Redação Final 19

3ª Discussão 19

2ª Discussão 19

1ª Discussão 19

Encerramento da Sessão 26

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 26

DIÁRIO Nº 134

127ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Ademir Bier.

Presenças:

Às dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio

Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio e Tadeu Veneri (07).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e os Srs. Deputados: Neivo Beraldin e Osmar Bertoldi (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão antecipada do dia 05 de novembro, quinta feira, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Mensagens**

MENSAGEM Nº 106/09

Curitiba, 03/11/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., o incluso anteprojeto de lei objetivando regular os processos disciplinares da Polícia Militar do Paraná, buscando a modernização e o aperfeiçoamento da legislação estadual específica, de modo a preservar, com maior ênfase os princípios da hierarquia e da disciplina.

Isto significa dizer que os membros da Instituição Militar Estadual, desde seu ingresso e até mesmo na inatividade, participam ativamente do espírito de corpo militar, ou seja, do cumprimento irrestrito da conduta militar, voltado às suas obrigações, aos valores militares e aos deveres éticos, de maneira que, inclusive, sua vida privada fica condicionada ao cumprimento destas regras.

Na legislação militar, os princípios da hierarquia e da disciplina são as bases institucionais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 teve o interesse especial de dispor que as instituições militares são organizadas com base naqueles princípios.

A hierarquia e disciplina militar são princípios constitucionais de caráter fundamental, constituindo a base das organizações militares. E como princípios fundamentais, congregam os valores militares, como o respeito à dignidade da pessoa humana, o patriotismo, o civismo, o profissionalismo, a lealdade, a constância, a verdade real, a honra, a honestidade e a coragem. São princípios que pretendem dar máxima eficácia às instituições militares, pois é incontestável que conferem melhor eficiência às instituições que lidam com o controle da criminalidade e da violência.

Cumprе esclarecer que a presente proposta encontra pleno fundamento nas normas constitucionais aplicáveis à PMPR.

Nesta particular, cumpre destacar que a Constituição Federal, na conjugação dos artigos 42 e 142, assim estabelece:

Art. 42. Os membros das Polícias Militar e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.¹

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do artigo 14, parágrafo 8º;

1.Redação determinada ao artigo pela Emenda Constitucional nº 018/98.

do artigo 40, parágrafo 9º; e do artigo 142, parágrafos 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do artigo 142, parágrafo 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.²

(...)

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:³

(...)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra.

(...)

(grifos nossos)

A Constituição do Estado do Paraná, em idêntica dicção, assegura a competência da lei estadual para dispor sobre a especificidade de normas legais para PMPR.

Neste sentido, o anteprojeto contempla, numa única proposta, o regramento do processo disciplinar para oficiais e praças, respeitadas as disposições constitucionais a eles inerentes, sem perder de vista o asseguramento ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório, além de outras garantias constitucionais previstas.

A proposta inova ao definir um processo específico, qual seja, a apuração disciplinar de licenciamento, destinado às praças que contem com menos de 10 anos de serviços prestados à Corporação, bem como retirar a possibilidade de reforma com proventos proporcionais do militar estadual, ao ser considerado incapaz de permanecer no serviço ativo, em virtude de repercussão ético-moral da conduta perpetrada.

Oportuno enfatizar que a Constituição Federal, em seu artigo 125, parágrafo 4º, com a redação dada pela Emenda Constituição nº 045/04, estendeu-se à praças a garantia de somente perderem a graduação nos casos de condenação criminal por sentença irrecorrível, mediante decisão do tribunal competente. Ocorre que a vigente Lei nº 6961/77, que regula o Conselho de Disciplina, não

2.Redação determinada ao parágrafo pela Emenda Constitucional nº 020/98.

3.Parágrafo acrescentado pela Emenda Constitucional nº 018/98.

contempla rito, de maneira que o processo disciplinar instaurado em razão de condenação criminal seja remetido ao Tribunal competente, no Estado do Paraná, o Tribunal de Justiça. Assim, no intuito de suprir a lacuna existente, vêm sendo aplicadas as disposições da Lei nº 8115/85 - Conselho de Justificação. Tal circunstância, dada a relevância tem regramento claramente definido ao anteprojeto apresentado.

Outro ponto que merece destaque, é o tempo de vigência destas leis, as quais já cumpriram o seu papel e, atualmente, estão dissociadas da modernidade do ordenamento administrativo disciplinar, sendo assim, a inovação é de suma importância e de relevante necessidade para preservar os princípios basilares da Corporação e evitar a sensação de impunidade para os militares estaduais que cometam infrações disciplinares.

Pelo exposto, conclui-se que a proposta referente aos processos disciplinares da PMPR, sendo convertida em lei, constitui-se-á em eficaz e eficiente instrumento de preservação dos valores institucionais, facultando à Administração Militar a implementação de medidas indispensáveis e que, hodiernamente, como demonstrado, não estão disciplinadas no ordenamento administrativo disciplinar castrense.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO** **PROCESSO DISCIPLINAR**

Capítulo I **Das Generalidades**

Art. 1º O processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) será regulado pela presente lei.

Parágrafo Único. O processo disciplinar orientar-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 2º A perda do posto e da patente de oficial, a perda da graduação, a exclusão e o licenciamento a bem da disciplina de praça dar-se-ão em decorrência de processo disciplinar, nos termos desta lei.

Parágrafo Único. A perda do posto e da patente, a perda da graduação, a exclusão e o licenciamento a bem da disciplina implicam, automaticamente, na perda do cargo público.

Art. 3º O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de militar estadual, por

infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR.

§ 1º Caberá ao Comandante-Geral, mediante portaria, a nomeação dos militares estaduais que irão desenvolver os trabalhos afetos ao processo disciplinar, bem como sua solução.

§ 2º Os militares estaduais nomeados prestarão, individualmente, o seguinte compromisso legal; “Prometo examinar com isenção de imparcialidade os fatos que me forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina.”

§ 3º O militar estadual submetido a processo disciplinar poderá ser afastado da função que exerce por ato do Comandante Geral, ficando adido à Organização Militar em que serve ou à que for determinada, sendo-lhe vedado, em qualquer caso, desempenhar atividades operacionais até a decisão final.

§ 4º A critério do Comandante Geral, e enquanto considerado conveniente por essa autoridade, poderá ser proibido o uso de uniforme e porte de arma de fogo ao militar estadual submetido a processo disciplinar.

Art. 4º O processo disciplinar compreende:

I - Apuração Disciplinar de Licenciamento, destinada a julgar a capacidade de praça ativa ou inativa, com menos de 10 anos de serviço prestados à Corporação, na data do fato, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra;

II - Conselho de Disciplina, destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra;

III - Conselho de Justificação, destinado a julgar a capacidade de oficial, ativo ou inativo, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Parágrafo Único. O militar estadual submetido a processo disciplinar será denominado de acusado.

Art. 5º Será submetido a processo disciplinar o militar estadual que:

I - encontrando-se comportamento mau, cometer nova falta disciplinar de natureza grave;

II - for acusado, por qualquer meio lícito, de ter:

a) procedido incorretamente no desempenho do cargo ou função institucional;

b) tido conduta irregular ou cometa ato que por sua natureza venha a denegrir a imagem da Corporação;

c) praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe;

III - for afastado preventivamente do cargo ou função, na forma da legislação institucional, por se tornar incompatível com os mesmos, salvo se o afastamento for decorrente de fatos que motivaram sua submissão a processo;.

IV - demonstrar incapacidade profissional para o exercício de atribuições institucionais em razão de reiteradas punições disciplinares;

V - for condenado por crime de natureza dolosa em caráter definitivo;

VI - reprovado no estágio probatório ou na avaliação de desempenho das atribuições institucionais regulada por ato do Comandante-Geral, como oficial, aspirante-a-oficial ou soldado-de-primeira-classe;

VII - se cadete ou soldado-de-segunda-classe, for considerado inapto, no período de formação, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais regulada por ato do Comandante-Geral;

VIII - integrar partido político ou associação que atente contra a estabilidade das instituições democráticas, ou que esteja suspenso ou dissolvido por força de disposição legal ou decisão judicial.

§ 1º Para os fatos desta lei, compreende-se:

I - por ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe, a inobservância de quaisquer dos preceitos atinentes aos valores, à moral e à ética militar, contidos em regulamentos próprios;

II - por procedimento incorreto no desempenho de atribuições institucionais, a inobservância dos deveres e obrigações militares, especificados em legislação específica;

III - por conduta irregular, a prática de ato que venha a afetar a hierarquia e disciplina militar;

§ 2º No estágio probatório e no período de formação serão considerados, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais, os seguintes critérios:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - dedicação ao trabalho;

VI - idoneidade moral;

VII - responsabilidade;

VIII - capacidade técnica;

IX - eficiência;

X - observância das normas hierárquicas e da ética militar;

§ 3º O militar estadual reprovado no estágio probatório ou considerado inapto, no período de formação, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais será, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

Capítulo II

Da Ampla Defesa e do Contraditório

Art. 6º No processo disciplinar serão assegurados a ampla defesa e o contraditório, com os meios e recursos a eles inerentes.

Parágrafo Único. O processo disciplinar admite apenas a apresentação de defesa por escrito e nos prazos definidos nesta lei.

Art. 7º São direitos do acusado no processo disciplinar:

I - ser regulamente citado, com antecedência mínima de 2 dias úteis, à entrega de libelo acusatório;

II - ter conhecimento e acompanhar todos os atos de apuração, instrução e julgamento;

III - ser ouvido;

IV - produzir ou requerer a produção de provas previstas em lei demonstrando sua pertinência;

V - requerer cópia de documentos que integram os autos;

VI - ter oportunidade, no momento adequado, de contrapor-se às acusações que lhe são imputadas;

VII - ser informado de decisão que fundamente, de forma objetiva e direta, o eventual não-acolhimento de alegações formuladas ou de provas apresentadas.

§ 1º É facultado ao militar estadual apresentar sua defesa pessoalmente, ou por intermédio de procurador. Quando o acusado não constituir advogado, o processo será acompanhado por um oficial:

I - indicado pelo acusado para a sua defesa;

II - designado pelo Comandante Geral, nos casos de revelia ou mediante solicitação do presidente do processo disciplinar.

§ 2º O militar estadual e seu defensor, devem ser notificados a comparecerem a todas as sessões do processo disciplinar.

§ 3º No caso de o militar estadual ser revel, a notificação para comparecimento às sessões do processo disciplinar recairá na pessoa de seu defensor.

Art. 8º Ao militar estadual é assegurado o prazo de cinco dias úteis, a fim de apresentar defesa prévia, e de cinco dias úteis destinados à defesa final.

§ 1º A defesa prévia dar-se-á após a entrega do libelo acusatório e a defesa final será apresentada decorrida a instrução do processo disciplinar.

§ 2º Em havendo mais de um militar estadual submetido ao mesmo processo disciplinar, com defensores distintos, os prazos serão comuns, ficando os autos em cartório.

§ 3º É permitido à defesa, em assuntos pertinentes à matéria, fazer pergunta às testemunhas, por intermédio do presidente do processo disciplinar.

Capítulo III

Do Libelo Acusatório

Art. 9º Instaurado o processo disciplinar e procedida à citação, a autoridade processante deverá elaborar o respectivo libelo acusatório, por escrito, expondo o fato com suficiente especificidade, de modo a delimitar o objeto da acusação e permitir a plenitude de defesa, entregando uma via ao militar estadual acusado, antes de sua qualificação e interrogatório.

§ 1º O libelo acusatório conterá:

I - a qualificação do militar estadual;

II - a exposição, deduzida por artigo(s), da(s) suposta(s) transgressão(ões) disciplinar(es) a ele imputada(s);

III - a indicação das circunstâncias agravantes e de todos os fatos que devam influir na aplicação da sanção disciplinar;

IV - o rol das testemunhas;

V - o nome e assinatura do presidente do processo disciplinar.

§ 2º Havendo mais de um acusado, para cada um deverá ser expedido libelo acusatório específico.

Capítulo IV

Do Impedimento e da Suspeição

Art. 10. Não poderá ser nomeado em processo disciplinar:

I - aquele que formulou a acusação;

II - as pessoa que tenham entre si, como o ofendido ou acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o terceiro grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil;

III - a pessoa que se der, justificadamente, por suspeito ou impedido, se não o fizer, que tiver sua suspeição ou seu impedimento constatado(a) por intermédio de manifestação de terceiros;

IV - o militar estadual que tiver interesse pessoal na decisão;

V - aquele que seja inimigo ou amigo íntimo do acusado ou da vítima;

VI - o militar estadual que esteja submetido a qualquer processo disciplinar previsto nesta lei ou que se encontre *sub judice*, em razão de prisão em flagrante delito ou de processo criminal com denúncia recebida.

Capítulo V

Dos Atos Probatórios

Art. 11. Nos casos omissos aplicam-se, subsidiariamente, ao processo disciplinar, as disposições do Código de Processo Penal Militar.

§ 1º Quando a testemunha ou ofendido for civil ou militar inativo, será notificado diretamente pelo presidente do processo disciplinar, a fim de comparecer para prestar depoimento ou participar de outro ato probatório, ressalvado quando agente público ou militar da ativa, cuja notificação dar-se-á de acordo com a disposições processuais penais militares que regulam a matéria.

§ 2º A citação deverá ser encaminhada ao Comandante do acusado, o qual colherá o ciente e providenciará a publicação em boletim da Unidade e, se se tratar de militar estadual inativo, será dirigida ao Diretor de Pessoal, o qual adotará idêntico procedimento.

Art. 12. Se, notificado regularmente para comparecimento, o ofendido ou testemunha não comparecer, a autoridade processante, certificando-se das razões, expedirá, se for o caso, nova notificação, sem prejuízo de outras providências pertinentes.

Art. 13. A carta precatória será expedida por meio de ofício, fac-símile ou correio eletrônico, cabendo à autoridade deprecante formular as perguntas ou diligências a serem feitas, oportunizando-se à defesa se manifestar.

Art. 14. Na impossibilidade de efetivação do reconhecimento pessoal, poderá ser feito o fotográfico, observados os procedimentos relativos àquele no que for pertinente e de acordo com a norma processual penal militar vigente.

Art. 15. A acareação entre superior hierárquico e subordinado não deve ser realizada, sob pena de contrariar a hierarquia e disciplina militares, salvo se imprescindível para a elucidação da verdade ou por ordem judicial.

Capítulo VI

Dos Prazos

Art. 16. O processo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 40 (quarenta) dias úteis, a contar da data de sua instauração, inclusive remessa do relatório.

§ 1º O Comandante-Geral, em razão de pedido devidamente fundamentado pela autoridade processante, poderá prorrogar em até 20 (vinte) dias úteis o prazo de conclusão dos trabalhos, bem como determinar o seu sobrestamento pelo período que se fizer necessário.

§ 2º Em decorrência de circunstância extraordinária, revelando-se imprescindíveis a realização de diligências, ou para complementação de provas necessárias para a solução do processo disciplinar, o Comandante-Geral poderá conceder novo prazo não excedente a 20 (vinte) dias úteis.

§ 3º A extrapolação dos prazos definidos neste capítulo não constitui causa de nulidade.

Capítulo VII

Dos Procedimentos e do Funcionamento

Art. 17. O processo disciplinar funciona sempre com a totalidade de seus integrantes, tendo como local a sede da Organização Militar da área onde ocorreu o fato a ser apurado, ou outro local determinado pelo presidente.

Art. 18. A primeira sessão será destinada à entrega do libelo acusatório, antes da realização de qualquer outro ato.

Parágrafo Único. Após a entrega do libelo acusatório, a autoridade processante deverá abrir vistas dos autos para a defesa prévia do acusado.

Art. 19. Recebida a defesa prévia do acusado, passa-se a instruir o processo, realizando-se os atos probatórios necessários ao completo esclarecimento do fato.

Art. 20. Na próxima sessão a ser realizada após entrega da defesa prévia, a autoridade processante deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - verificado inexistir qualquer tipo de impedimento ou suspeição, presta-se o compromisso legal;

II - determinar que o escrivão realize a leitura dos documentos de origem, bem como do libelo acusatório;

III - não sendo suscitada nenhuma questão pela defesa, ordenar-se-á o início da instrução do processo disciplinar.

Art. 21. Aos integrantes de processo disciplinar e ao defensor, por intermédio do presidente, caberá perguntar e reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor as diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos.

§ 1º As testemunhas arroladas no libelo acusatório serão ouvidas previamente às testemunhas arroladas pela defesa.

§ 2º As testemunhas arroladas pela defesa deverão ser apresentadas independentemente de notificação, no dia e hora designados, salvo se se tratar de agente público, circunstância em que a notificação deverá ser encaminhada pela autoridade processante ao respectivo chefe.

Art. 22. Após a inquirição da última testemunha, será realizada a sessão para qualificação e interrogatório do acusado.

Parágrafo Único. Ao final da sessão de qualificação e interrogatório do acusado e defesa deverá manifestar-se acerca da produção de outras provas, cabendo ao Presidente do processo disciplinar avaliar a pertinência.

Art. 23. Encerrada a instrução processual e não existindo questão incidental pendente de solução, o presidente abrirá vistas dos autos para a defesa final.

TÍTULO II

DA APURAÇÃO DISCIPLINAR DE LICENCIAMENTO

Capítulo I

Da Composição

Art. 24. O Presidente da Apuração Disciplinar de Licenciamento será um oficial da ativa da PMPR.

Parágrafo Único. O Presidente, ao receber o ato de nomeação com os respectivos documentos de origem, poderá indicar um subtenente ou primeiro sargento como escrivão, cujo ato será homologado pelo Comandante-Geral, se a indicação já não tiver sido feito na portaria de nomeação.

Capítulo II

Da Deliberação e do Relatório

Art. 25. Após receber as razões finais de defesa, o Presidente, no prazo legal para conclusão, elaborará relatório conclusivo sobre a pertinência ou não da acusação, bem como se manifestando se o acusado reúne condições ou não de permanecer integrando as fileiras da Corporação, na ativa ou inatividade.

Parágrafo Único. No relatório deverão constar todos os procedimentos apuratórios realizados, inclusive a análise das razões de defesa apresentadas.

Art. 26. Elaborado o relatório, com termo de encerramento, o Presidente remete o processo disciplinar ao Comandante Geral.

Art. 27. Recebidos os Autos da Apuração Disciplinar de Licenciamento, o Comandante Geral, motivadamente, solucionará, determinando:

I - o arquivamento do processo, se não julga o militar estadual culpado;

II - a aplicação de sanção disciplinar se considera o acusado culpado das acusações imputadas, no todo ou em parte;

III - o licenciamento a bem da disciplina, se julgar o militar estadual culpado das acusações imputadas e incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

IV - a remessa do processo ao Juízo competente, se considera infração penal a razão pela qual o acusado foi julgado culpado;

V - a remessa do processo ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual, se o processo tiver sido instaurado com fundamento no inciso V do artigo 5º desta lei, e considere o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

Parágrafo Único. A solução do Comandante Geral não está adstrita ao relatório do Presidente da Apuração Disciplinar de Licenciamento.

TÍTULO III

DO CONSELHO DE DISCIPLINA

Capítulo I

Da Composição

Art. 28. O Conselho de Disciplina será composto, preferencialmente, por três oficiais da PMPR.

§ 1º Ao membro mais antigo intermediário, caberá a presidência dos trabalhos e, ao mais moderno, o encargo de escrivão.

§ 2º Poderá ser nomeado, como membro do Conselho de Disciplina, subtenente ou 1º Sargento, circunstância em que a praça exercerá o encargo de escrivão.

§ 3º O Conselho de Disciplina funcionará com a totalidade de seus membros.

Capítulo II**Do Julgamento e do Relatório**

Art. 29. Realizadas todas as diligências, bem como juntada aos autos a defesa final, o Conselho de Disciplina reunir-se-á para a sessão de julgamento.

§ 1º O acusado e seu defensor serão notificados, com antecedência mínima de dois dias úteis, para comparecerem à sessão de julgamento.

§ 2º Após deliberação acerca de todas as provas constantes dos autos, bem como análise das peças de defesa apresentadas, o Conselho de Disciplina deverá julgar:

I - se é procedente a acusação, bem como se é o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

II - no caso do inciso V do artigo 5º desta lei, levando em considerações os preceitos da aplicação da pena, se é o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 3º A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 4º Todos os membros devem justificar seu voto por escrito.

§ 5º A sessão de julgamento antecede a feitura do relatório.

Art. 30. Elaborado o relatório, com termo de encerramento, o Presidente remete o processo ao Comandante Geral.

Capítulo III**Da Solução**

Art. 31. Recebidos os autos do Conselho de Disciplina, o Comandante Geral, motivadamente, solucionará, determinando:

I - o arquivamento do processo, se não julga o militar estadual culpado;

II - a aplicação de sanção disciplinar, se considera o acusado culpado das acusações imputadas, no todo ou em parte;

III - a exclusão a bem da disciplina, se julgar o militar estadual culpado das acusações imputadas e incapazes de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

IV - a remessa do processo ao Juízo competente, se considera infração penal a razão pela qual o acusado foi julgado culpado;

V - a remessa do processo ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual, se o Conselho de Disciplina tiver sido instaurado com fundamento no inciso V do artigo 5º desta lei, e considere o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

Parágrafo Único. A solução do Comandante Geral não está adstrita ao relatório do Conselho de Disciplina.

TÍTULO IV**DO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO****Capítulo I****Da Composição**

Art. 32. O Conselho de Justificação será composto por três oficiais da PMPR, todos superiores hierárquicos ao acusado, ou, se do mesmo posto, mais antigos.

§ 1º Ao membro mais antigo, no mínimo um oficial superior, caberá a presidência dos trabalhos, e ao mais moderno, o encargo de escrivão.

§ 2º Quando o acusado for oficial superior do último posto, os membros do Conselho de Justificação serão nomeados dentre os oficiais daquele posto, da ativa ou da reserva remunerada, mais antigos que o acusado.

§ 3º O Conselho de Justificação funcionará com a totalidade de seus membros.

Capítulo II**Do Julgamento e do Relatório**

Art. 33. Realizadas todas as diligências, bem como juntada aos autos a defesa final, o Conselho de Justificação reunir-se-á para a sessão de julgamento.

§ 1º O acusado e seu defensor serão notificados, com antecedência mínima de dois dias úteis, para comparecerem à sessão de julgamento.

§ 2º Após a deliberação acerca de todas as provas constantes dos autos, bem como análise das peças de defesa apresentadas, o Conselho de Justificação deverá julgar:

I - se é procedente a acusação, bem como se é acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

II - no caso do inciso V do artigo 5º desta lei, levando em consideração os preceitos da aplicação da pena, se é o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 3º A decisão do Conselho de Justificação é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 4º Todos os membros devem justificar seu voto por escrito.

§ 5º A sessão de julgamento antecede a feitura do relatório.

Art. 34. Elaborado o relatório, com termo de encerramento, o Presidente remete o processo ao Comandante Geral.

Capítulo III**Da Solução**

Art. 35. Recebidos os autos do Conselho de Justificação, o Comandante-Geral, motivadamente, solucionará, determinando:

I - o arquivamento do processo, se não julga o militar estadual culpado;

II - a aplicação de sanção disciplinar se considera o acusado das acusações imputadas, no todo ou em parte;

III - a remessa do processo ao Juízo competente, se considera infração penal a razão pela qual o acusado foi julgado culpado;

IV - a remessa do processo ao órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual, se considerar o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

Parágrafo Único. A solução do Comandante Geral não está adstrita ao relatório do Conselho de Justificação.

TÍTULO V DOS RECURSOS

Art. 36 Os recursos serão da seguinte ordem:

I - reconsideração de ato;

II - recurso disciplinar.

Parágrafo único. O recurso deverá:

I - ser feito individualmente;

II - tratar de caso específico;

III - cingir-se aos fatos que o motivaram;

IV - fundamentar-se em argumentos, provas ou documentos comprobatórios e elucidativos.

Art. 37. A reconsideração de ato é cabível contra solução do Comandante Geral no processo disciplinar, sendo dirigida àquela autoridade, no prazo de cinco dias úteis, a contar do conhecimento da solução.

Art. 38. Caberá recurso disciplinar da decisão do Comandante Geral na reconsideração de ato.

§ 1º Na Apuração Disciplinar de Licenciamento e no Conselho de Disciplina o recurso disciplinar será dirigido ao Governador do Estado, no prazo de cinco dias úteis, contados do conhecimento da solução.

§ 2º Na Apuração Disciplinar de Licenciamento e no Conselho de Disciplina, após decisão do recurso disciplinar mantendo a exclusão ou licenciamento a bem da disciplina, nos casos de condenação por crime doloroso em caráter definitivo, os autos serão remetidos ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual.

§ 3º No Conselho de Justificação, após decisão do recurso mantendo a exclusão do acusado os autos serão remetidos ao órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual.

Art. 39. Os recursos serão recebidos nos efeitos devolutivo e suspensivo até sua decisão final.

Parágrafo Único. O efeito suspensivo dar-se-á tão-somente até a decisão do Comandante Geral na reconsideração de ato.

TÍTULO VI DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Art. 40. Compete ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual julgar o processo disciplinar a ele remetido pelo Comandante Geral.

§ 1º Distribuído o processo e preliminarmente à manifestação do relator, serão dadas vistas dos autos à defesa para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, manifestar-se por escrito sobre a decisão proferida no processo disciplinar.

§ 2º Concluídas as providências constantes no parágrafo anterior, será o processo submetido a julgamento.

Art. 41. O Órgão de segunda instância da Justiça Militar Estadual, julgando o militar estadual culpado e incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade, deverá, conforme o caso:

I - se oficial, declará-lo indigno do oficialato ou com ele incompatível, determinando a perda de seu posto e patente;

II - se praça, determinar a perda da graduação.

Art. 42. Após o trâmite em julgado, o processo será encaminhado ao Governador do Estado para a edição do ato referente à perda do posto e da patente do oficial. No caso de praça, a remessa dar-se-á ao Comandante Geral para a adoção das providências referentes à perda da graduação.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Para efeito desta lei o prazo de prescrição será de seis anos a contar da data em que a Administração Militar Estadual tomar conhecimento oficial da conduta praticada pelo militar estadual.

Art. 44. O prazo de prescrição será suspenso nos casos de:

I - licença para tratar da saúde própria que impeça o militar estadual de responder ao processo disciplinar;

II - decisão judicial que determine a paralisação dos trabalhos do processo disciplinar.

Art. 45. O prazo de prescrição será interrompido nos casos de:

I - efetiva instauração do processo disciplinar;

II - afastamento do acusado por atestado médico;

III - decisão do Comandante Geral na reconciliação de ato interposta, quando recorrida.

Art. 46. Extinta a punibilidade pela prescrição, o Comandante Geral determinará o registro do fato nos assentamentos funcionais do militar estadual e o arquivamento do processo disciplinar.

Art. 47. Consideram-se dias úteis aqueles em que houver expediente na Corporação.

Art. 48. O militar estadual que responder a processo disciplinar somente poderá ser excluído do estado efetivo da Corporação a pedido, ou transferido para a reserva, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Art. 49. Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar e do Código Penal Militar.

Art. 50. Admitir-se-á a utilização de meio eletrônico na formalização de atos e procedimentos previstos nesta lei, desde assegurados a comprovação da autoria e o atendimento dos requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica das informações e documentos.

Art. 51. As disposições desta lei aplicam-se de imediato, sem prejuízo da validade dos atos já realizados na vigência da legislação anterior.

Art. 52. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei Estadual nº 6961, de 28/11/77, e a Lei Estadual nº 8115, de 25/06/85, ressalvados os preceitos de ordem material.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 107/09

Curitiba, 03/11/09.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando estabelecer a quantidade de cargos de provimento em comissão e de exercícios de funções acadêmicas na estrutura organizacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES, com as suas respectivas simbologias e níveis de vencimentos.

O Tribunal de Contas do Estado já se manifestou sobre o assunto mediante Ofícios nº 079/01 - 4ª ICE, de 04/04/01, nº 365/00-6ª. ICE, de 07/11/00, tendo ainda efetuado levantamento da Situação organizacional das Universidades e Faculdades/1999 além das diversas auditorias realizadas nas IEES que apontam a existência de um número significativo de “exercício de funções públicas, sem a existência de cargos ou funções criados mediante lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo”. A necessidade de se corrigir tal situação foi reiterada em 2007 pelo Ofício nº 156/07 - do Tribunal de Contas do Estado e também foi apontada pelo Ministério Público Estadual junto ao Tribunal de Contas, através do Parecer nº 10603/02, de 23/10/02. Esta situação irregular traz sérios reflexos nos atos de aprovação de contas das instituições e do Governo e na concessão de aposentadorias.

A Lei nº 11713/97 criou as carreiras do pessoal docente e do pessoal técnico administrativo das IEES, com as alterações promovidas pelas Leis Estaduais nº 14825, de 12/09/05, e nº 15050, de 12/04/06. A partir da primeira, os funcionários das IEES deixaram de fazer parte do Quadro Geral do Estado do Paraná para ter seu próprio quadro, sofrendo alguns acréscimos com edição da Lei nº 14269 de 22/12/03. Entretanto, estas leis não tratam dos cargos de provimento em comissão, referentes a posições de direção, chefia e assessoramento superior, e das funções de chefias intermediárias que complementaria as carreiras.

O elenco desses cargos e funções, em quantitativo e nos valores praticados não apresenta nenhuma homogeneidade entre as universidades e as faculdades estaduais. Em especial quanto às universidades, há práticas de parcelas e valores diferentes entre elas.

Diante desta situação e ainda considerando:

- * a constitucionalidade da garantia, aos cidadãos, de acesso e permanência em todos os níveis de ensino, que ampara a manutenção das IEES na estrutura do Governo do Estado do Paraná;

- * a natureza específica das instituições de educação superior, como agentes de desenvolvimento, com mecanismos que permitem expansão e condições de crescimento, de acordo com as necessidades sociais e o interesse público;

- * a autonomia universitária consagrada no artigo 207 da Constituição Federal, no artigo 188 da Constituição Estadual e no artigo 4º da Lei Estadual nº 9663, de 16/07/91.

Propõe-se:

A definição do quantitativo e dos níveis hierárquicos a serem praticados na estrutura organizacional das Universidades e das Faculdades Estaduais, seja com os cargos de provimento em comissão, seja com o exercício de funções acadêmicas nas IEES, na forma deste anteprojeto de lei contendo quadro anexos, para propiciar maior transparência na administração e controle dos quantitativos e dos valores de despesa:

- * Anexos I e II, referentes respectivamente a quantitativo e valores de remuneração dos cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento superiores;

- * Anexos III e IV, referentes respectivamente a quantitativo e valores de remuneração de funções de chefia intermediária nos IEES.

A estrutura de cargos de Direção Acadêmica (DA) e de Função Acadêmica (FA) proposta para as Universidades foi produzida a partir dos seguintes critérios:

- a) estrutura básica em cada uma, conforme a estrutura atual de cada universidade, considerando a sua direção superior, com a Chefia de Gabinete, as Pro-Reitorias e suas Diretorias, Direção de Centros de Ensino, Direção de *Campus*, Prefeitura da Cidade Universitária

e suas Diretorias, Direção de Órgãos Suplementares, Procuradoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social, Ouvidoria, Auditoria e Assessorias, assim como as funções acadêmicas referentes à chefias de Departamento de ensino ou coordenadas de área, e coordenadores de colegiados de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado);

b) estrutura complementar à estrutura, na forma de divisões (incluindo determinadas secretarias) e seções - este quantitativo foi determinado proporcionalmente para cada uma em função do número de alunos de cada Universidade, tendo como base o número praticado pela Universidade Estadual de Maringá - UEM para este segmento, já que apresenta o conjunto mais enxuto. A distribuição deste conjunto na instituição será estabelecido conforme mais conveniente em cada uma.

Quanto às sete faculdades (as outras cinco passaram a formar a UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná, cujo tratamento está ora contemplado), foi proposta uma estrutura básica comum para todas, que não se iguala às universidades em função de seu distinto porte, mas contempla as mesmas necessidades (gerenciamento de recursos humanos, administração, ensino, extensão, compras, patrimônio, etc.), além de assessorias para um mínimo de flexibilidade em função das carências diferentes e ênfases institucionais; e inclui a remuneração dos coordenadores de colegiado de curso, a exemplo do praticado nas universidades e nunca antes implantado nas faculdades. A remuneração das chefias de Departamento de ensino nas faculdades não foi proposta neste momento porque a composição destas unidades nas faculdades não segue critérios definidos, por áreas de conhecimento e com número mínimo de professores, como ocorre nas universidades.

Quanto aos reflexos orçamentários e financeiros decorrentes do presente anteprojeto de lei, caber ressaltar o que segue:

a) Nas universidades, com a adoção dos quantitativos e dos valores propostos, mediante a aplicação de critérios homogêneos entre elas, passa a R\$ 35,15 milhões/ano para R\$ 33,36 milhões/ano; ressalta-se que este resultado é obtido devido a considerável corte nos quantitativos atualmente praticados nas cinco universidades mais antigas, pois inclui toda a estrutura nova para a UENP;

b) Nas sete faculdades em questão, a adoção dos quantitativos e dos valores propostos, mediante aplicação também de critérios homogêneos entre elas, eleva o custo atual de R\$ 1 milhão/ano para cerca de R\$ 2,6 milhões ano.

c) Considerando-se estes dois grupos, há estimativa de economia de R\$ 200 mil/ano em relação à prática atual.

No provimento dos cargos dos Dirigentes, de simbologia DAS (Reitores/Vice-Reitores e Diretores/Vice-Diretores), será mantida a atual prática de nomeação por

decreto do Poder Executivo. Considerando a natureza peculiar das Instituições Estaduais de Ensino Superior, a nomeação para o provimento nos cargos em comissão de Direção Acadêmica e nas funções de chefia intermediária previstos no anteprojeto de lei será feita de acordo com o regulamento de cada instituição, delegação já prevista na proposta.

A indicação de pessoas para exercício de função acadêmica será definida pelo Dirigente da Instituição, na forma do estabelecido nos seus estatutos e regimentos, nos limites dos quantitativos autorizados por lei.

As Secretarias do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, da Administração e Previdência - SEAP, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA ficarão autorizadas a promover, onde couber, os ajustes orçamentários e financeiros necessários para o cumprimento desta lei no âmbito das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticados pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior ficarão extintos no prazo de até 90 (noventa) dias contar da publicação da lei.

Com a edição da nova lei, ficarão revogados os dispositivos legais anteriores referentes ao tema ou que com ela sejam incompatíveis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

§ 1º Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha o ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos do Professor de Ensino Superior, e que trata a Lei Estadual nº 11713, de 07/05/97, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14825, de 12/09/05 e pela Lei Estadual nº 15944, de 09/09/08, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15050, de 12/04/06, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14269, de 22/12/03.

§ 2º Os detentores dos cargos eferidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concendente, nos termo da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

Parágrafo Único. Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

Art. 3º Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do anexo III desta lei.

§ 1º As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de professor de ensino superior, de que trata a Lei Estadual nº 11713, de 07/05/97m com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14825, de 12/09/05 e pela Lei Estadual nº 15944, de 09/09/08, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15050, de 12/04/06, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14269, de 22/12/03.

§ 2º As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo serão denominadas Funções Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do anexo IV desta lei.

§ 3º O quantitativo de funções constantes do anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 4º A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas-extras.

Art. 5º Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.

Art. 8º Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente

Art. 9º A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 10. Os valores constantes dos anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão “DAS” e “C” do Poder Executivo.

Art. 11. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 12. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

ANEXO I CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ														
NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFI-UV	FAP	FECEA	FECILCAM
DA-1	Chefe de Gabinete do Reitor.	1	1	1	1	1	1							
DA-1	Chefe de Procuradoria ou Assessoria Jurídica (Procurador Geral).	1	1	1	1	1	1							
DA-1	Chefe ou Assessor de Comunicação Social.	1	1	1	1	1	1							
DA-1	Diretor Geral de <i>Campus</i> com responsabilidades administrativas e pedagógicas e com unidades pedagógicas vinculadas.				5		3							
DA-1	Diretor Geral de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas e administrativas com unidades pedagógicas vinculadas.	9	7	6		9								
DA-1	Diretor Superintendente do Hospital Universitário.	1	1		1									
DA-1	Prefeito de <i>Campus</i> Universitário	1	1	1										
DA-1	Pró Reitor	6	6	6	6	6	6							
DA-2	Chefe Geral de Auditoria e Controladoria	1	1	1	1	1	1							
DA-2	Chefe ou Coordenador de Unidade Responsável por Concursos e/ou Processos Seletivos	1	1	1	1	1	1							
DA-2	Diretor de Centro de Ensino com responsabilidades predominantemente pedagógicas/acadêmicas, em razão das atividades administrativas serem absorvidas pelo Diretor Geral de <i>Campus</i> .				16		10							
DA-3	Assessor Técnico	5	5	5	5	5	5							

ANEXO I CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ														
NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFI-UV	FAP	FECEA	FECILCAM
DA-3	Diretor de <i>Campus</i> com responsabilidades predominantemente administrativas, sem unidades pedagógicas vinculadas		5	5		2								
DA-3	Diretor de Órgão Suplementar	18	18	18	17	17	16							
DA-3	Diretor de Prefeitura de <i>Campus</i> Universitário	3	3	3										
DA-3	Diretor de Pró-Reitoria	16	16	16	16	16	13							
DA-3	Vice-Diretor Geral de <i>Campus</i>						3							
DA-3	Vice-Diretor Geral de Centro de Ensino	9	7	6		9								
DA-4	Assessor Técnico							2	2	2	2	2	2	2

ANEXO II TABELA DE VALORES PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DE DIREÇÃO ACADÊMICA NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
DA-1	2.959,33
DA-2	2.537,18
DA-3	2.324,47
DA-4	1.147,94

ANEXO III FUNÇÕES ACADÊMICAS NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ														
NÍVEL	CARGO DE DIREÇÃO ACADÊMICA	QUANTITATIVO												
		UEL	UEM	UEPG	UNIOESTE	UNICENTRO	UENP	EMBAP	FAFIPA	FAFIPAR	FAFI-UV	FAP	FECEA	FECILCAM
FA-1	Chefe de Departamento ou Coordenador de Área de Ensino	57	44	37	50	38								
FA-1	Coordenador de Colegiado de Curso de Graduação ou de Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	78	72	51	65	44	22	8	11	7	8	8	6	9
FA-1	Coordenador de Serviço	5	5	5	5	5								
FA-1	Vice-Diretor de Colégio de Aplicação	1	1	2										
FA-2	Chefe de Divisão	94	95	52	68	52	35	6	6	6	6	6	6	6
FA-2	Secretário de Órgão de Direção Superior (Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitoria, Direção Geral de Centro de Ensino, Direção Geral de <i>Campus</i> , Prefeitura de <i>Campus</i> Universitário)	18	16	15	13	17	5							
FA-3	Assistente técnico						3	3	3	3	3	3	3	3
FA-3	Encarregado de Seção ou Supervisor de Serviço	188	190	104	120	104	93	9	9	9	9	9	9	11
FA-3	Secretário de Direção de Centro de Ensino				16									

ANEXO IV TABELA DE VALORES PARA AS FUNÇÕES ACADÊMICAS NAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ	
NÍVEL	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)
FA-1	1.147,94
FA-2	847,15
FA-3	467,99

Indicação

INDICAÇÃO Nº 914/09

Súmula:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que providencie a construção de quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Professora Maria Senek Wosnhaki.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva e à Secretaria de Estado da Educação - SEED que sejam tomadas providências no sentido de providenciar a construção de quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Professora Maria Senek Wosnhaki, no Município de Mandirituba.

O Colégio Estadual Maria Senek Wosnhaki - ensino fundamental e médio está localizado na comunidade de Espigão das Antas, área rural do Município de Mandirituba, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul. Atendendo cerca de 500 alunos do ensino fundamental e médio, a estabelecimento de ensino é espaço de referência para a comunidade, principalmente os jovens que não dispõem de espaço para a prática de esporte, cultura e lazer. A construção de uma quadra poliesportiva coberta, anseio de toda a comunidade escolar, será de grande importância para a melhoria das atividades desenvolvidas, contribuindo para a qualidade da educação ofertada naquele colégio estadual.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 618/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 29 da Lei Complementar nº 123 de 09/09/08 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29. ...

I - ...

II - ...

Parágrafo Único. Protocolizado o pedido de remoção pelo servidor e, comprovada a existência de vaga no estabelecimento de ensino escolhido, a Secretaria de Estado da Educação terá o prazo de 60 (sessenta) dias para formalizar a nova lotação do requerente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/11/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A redação do artigo 29 da Lei Complementar nº 123 de 09/09/08 não garante celeridade nos processos de remoção dos funcionários de escola, dificultando, muitas vezes, que servidores possam desenvolver suas atividades profissionais em estabelecimentos mais próximos de suas residências, mesmo havendo vagas nestes locais.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deferida a sua solicitação, até porque temos quatro Deputados inscritos, e se não tiver presença no plenário suspenderei a Sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Teruo Kato**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No painel eletrônico: 28 Srs. Deputados presentes. Há quórum para iniciarmos a Sessão.

Pequeno Expediente:

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Roque.

(**Declina**)

Deputado Professor Lemos, por cinco 5 minutos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebemos na Assembleia, junto com o Deputado Pastor Edson Praczyk, na semana passada, a diretora da Escola Estadual Dona Carola, que veio acompanhada de mães, professores, funcionários da escola, preocupados com o fechamento dessa escola. É uma escola de 5ª a 8ª séries, que funciona no bairro São Francisco, próximo ao Cemitério Municipal de Curitiba, que tem aproximadamente 500 alunos. É uma escola muito boa, de boa qualidade, está funcionando perfeitamente. Retribuímos, eu e o Pastor Edson, a visita da escola, conversando com os estudantes, com os funcionários da escola, com os professores, com as mães que estiveram presentes à reunião. Isso foi na quarta-feira da semana passada. Recebemos daquela escola um documento assinado por mais de 1 mil pessoas, que pede a continuidade da escola. Porque a Secretaria de Estado da Educação, através de um dos seus departamentos, decidiu que aquela escola precisa ser fechada, e no seu lugar passará a funcionar uma escola municipal.

Ora, esta escola, com o apoio da comunidade, evidentemente, com recursos também encaminhados pelo Governo do Estado, ela foi reconstruída. É uma escola que tem mais de 50 anos, tem biblioteca, laboratório, tem laboratório de informática, está bonita, tem quadra poliesportiva coberta, está tudo funcionando, com 16 turmas de 5ª a 8ª séries.

Levamos esse pedido à Secretária de Educação, a professora Yvelise Arco-Verde, na semana passada, quinta-feira, ela recebeu a documentação e demonstrou preocupação, dizendo que ela não gostaria de mexer numa escola que estivesse funcionando bem. O objetivo do Governo era acabar com dualidades. Mas, aquela escola não tem dualidades, pois ela funciona com 5ª a 8ª séries da rede estadual, pela manhã, tarde e noite, e funciona muito bem.

Por isso venho à tribuna, para pedir o apoio de todos os Deputados e Deputadas, porque a escola está encaminhando e-mail para os Srs. Deputados e Deputadas, no sentido de evitar que essa escola seja fechada. Não há razão para o fechamento de uma escola, e lembramos sempre que em time que está ganhando não se mexe. É um ditado brasileiro e se aplica muito bem a essa Escola Estadual Dona Carola.

Amanhã vamos ter mais uma rodada sobre essa escola, vai acontecer um debate interno na Secretaria da Educação e vamos fazer um apelo à Secretaria da Educação, que não feche essa escola.

Para finalizar, quero alertar os professores e professoras que a dobra do padrão está sendo efetivada, que amanhã é o último dia para entrar com recurso. Se algum professor ou professora sentiu-se prejudicado na seleção, na classificação, ela tem até amanhã à tarde para fazer o recurso. Faça o recurso todo aquele que se sentir prejudicado. Não deixe de fazer, pois se você não fizer, fica difícil reclamar depois.

O que é a dobra do padrão? É o professor que, no Paraná, tem que fazer dois concursos para lecionar 40 horas. Estamos tendo o cumprimento de um compromisso que o Governador assumiu em 2002, agora em novembro de 2009.

Isso é muito importante, porque não vai gerar nenhum prejuízo para a Educação, nem aos professores; pelo contrário, é um processo muito bom.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Conforme anteriormente anunciado, nas quintas-feiras é antecipada e eu não prorrogarei.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente passo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Recebi aqui os números desse mês da ladroeira. Todo dia 30 tenho que vir aqui contar ao Paraná quanto que nós gastamos, quanto que o Paraná pagou sexta-feira

pelo rombo do BANESTADO, pelo que fizeram com o banco, o melhor banco do Estado do Brasil. No início do ano de 2002, tinha dinheiro sobrando e não devia nada para ninguém. Terminou assassinado, morto à pauladas por administradores canalhas, assassinos de criancinhas que morreram neste Paraná, na sequência, por falta de UTI, por falta de rodovias, por falta de estruturas.

Esse dinheiro que falta e que se reclama tanto, na rodovia, na Saúde, para o policial ganhar o tão falado aumento, isso foi roubado do povo pela quadrilha que governou o BANESTADO. Volto dizer, quadrilha.

Pagamos na sexta-feira R\$ 68.573.863,69. O povo do Paraná pagou, dia 30. Foi descontado do Fundo de Participação do Estado, que mais uma vez não foi suficiente para pagar a conta. E quero lembrar aos senhores: esta conta vai até 2029, todo mês pagamos essa conta.

Tem gente que pergunta: “Deputado, esse valor é anual?” Não! É mensal, é o “mensalão da quadrilha do BANESTADO”. Esse é o maior mensalão: 68 milhões pagos na sexta-feira. O Paraná pagou. E daí alguém me perguntaria: “Qual é a diferença do mês anterior?” No mês anterior foi 68 milhões e 197 mil, este mês foi 68 milhões e 573 mil, “porcaria”. Porcaria o aumento deste mês. E o que daria para construir com esse dinheiro que a quadrilha pegou? Com esses ladrões que estão por aí? Dava para construir quatro hospitais como o hospital regional de Ponta Grossa, que não é uma casinha de boneca, não é um cemitério, é uma obra quase pronta. Daria para construir quatro hospitais, de cinco andares, com 180 leitos, cada mês. Dava para comprar, para a Educação, 545 ônibus escolares do tipo desses que estão aqui em frente; comprar 852 ambulâncias; construir 4 mil e 500 casas populares neste Paraná cada mês; construir 68 quilômetros de asfalto, que daria para construir em um mês com esse dinheiro daria para fazer a duplicação da rodovia de Curitiba a Foz do Iguaçu com o dinheiro que esta quadrilha roubou.

Sei que alguns não gostam quando falo sobre este tema, e vou continuar falando todo mês. Podem falar o que quiserem, podem reclamar. Só estou falando baseado em documentos, e é uma quadrilha que fez isso. Daria para asfaltar aqui de Curitiba até Foz do Iguaçu com o dinheiro que esses caras roubaram; daria para pagar tudo que os professores têm para receber; daria para aumentar o salário dos professores e o sindicato não precisaria fazer ação na Justiça contra o Estado, sobraria dinheiro; daria para aumentar o salário do policial, para pagar as obrigações dos policiais; daria para pagar a URV dos funcionários que nunca receberam. Esse dinheiro daria.

No livro do Deputado Neivo Beraldin - um intelectual em BANESTADO sou apenas um aprendiz - ele foi profundamente na CPI do BANESTADO. E lá ele diz que o presidente do banco disse na CPI que tinha pago dinheiro para o Itaú ficar com as contas do Estado e teria dado um dinheiro ao Estado do Paraná. Está no livro! Está lá que o Presidente do Itaú, na CPI, tinha o recibo, mas que não mandou e ficou aquela coisa. Está no livro isso. Fiz um requerimento, mandei via fax para o presidente do Itaú e olha o que ele respondeu:

Termo de quitação: prezado Deputado, acusamos o recebimento do e-mail encaminhado por V. Exa., o qual mereceu nossa maior atenção. Conforme sua solicitação, encaminhamos em anexo cópia do recibo do valor pago ao Governo do Paraná em 20/06/02. Como contrapartida do termo de renovação do contrato de prestação de serviço firmado em 17/06/02. É o Itaú dizendo que pagou! E não foi contabilizado lá. Mas por que não acharam o dinheiro lá? Está aqui. Agora o livro do Deputado Neivo Beraldin passa a ter mais uma página: encontramos o dinheiro. O dinheiro que o Itaú pagou para ficar com as contas do Estado, sabe onde que foi parar? Vou ler agora o documento:

Estado do Paraná - Secretaria de Estado da Fazenda - Coordenação da Administração Financeira do Estado, Divisão de Contabilidade. Termo de quitação: declaramos ter recebido do Banco BANESTADO S/A a quantia de R\$ 83.039.208,14 como contrapartida do termo de renovação do contrato de prestação de serviço firmado em 17/06/02, entre o Banco do Estado do Paraná e o Estado do Paraná. Referido pagamento é feito mediante imputação da aludida quantia na amortização da dívida decorrente do contrato de compromisso de compra e venda de títulos públicos firmado entre o BANESTADO e o Estado. Objeto do 3º Termo Aditivo em 17/06/02.

Então agora sabemos onde está o dinheiro: foram amortizados os precatórios, os 80 milhões, que o Neivo Beraldin na CPI não achou. O Presidente disse que tinha pago, mas que não tinha o recibo. Aí fiz só um e-mail para ele e ele mandou dizendo que pagou, e mandou aqui a cópia do recibo de quitação. Então, achamos 83 milhões do BANESTADO, que foi pago no valor dos títulos e amortização. Já sabemos que recebemos o dinheiro. Recebemos e não recebemos.

Registro aqui que sexta-feira, dia 30, pagamos mais 68 milhões. Isso é para o povo saber o que é feito com o dinheiro. Por isso que falta todo mês esse dinheiro, que podia ajudar na complementação do Estado. E para fechar esse tema, no dia de hoje recebo uma convocação do Ministério Público. Esse Ministério Público, atuante no Paraná, me convoca o Procurador Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, para marcar um dia para ir até o Ministério Público para falar sobre um pronunciamento do Deputado Belinati, onde ele disse, aqui da tribuna, já faz tempo, que um cidadão procurou o Deputado Belinati, a mando de um Desembargador, para vender uma sentença. Aqui do Tribunal de Justiça.

Veja bem: naquele dia dei um aparte ao Deputado Belinati e falei que eu sabia de algo a respeito e aí o Ministério Público me convoca para ir lá. Estou marcando o dia e vou lá. Vou lá contar a verdade, porque a verdade não dói para ninguém! Vou lá contar o que eu sei sobre a venda de sentença no Estado do Paraná. E

não vou da boca para fora. Eles me convocaram e estou marcando. Vou lá tratar desse assunto que o Belinati falou aqui, que fizeram uma proposta para vender uma sentença para ele. Vou lá contar o que aconteceu comigo. E desde já, como sempre, vou falar só o que for verdade, nada mais que a verdade. Podem ter certeza.

Só para fechar, Presidente, acabei de receber a notícia, por isso vim falar na Tribuna, acabei de ganhar uma ação em Brasília, no Supremo Tribunal de Justiça, o STJ, uma ação criminosa feita por adversários contra mim, quando Prefeito. Esta ação já deve estar quase oito anos andando: 1ª instância, 2ª instância, instância superior. E agora, ontem, saiu a sentença me inocentando de tudo e reafirmando que o Prefeito só fez o que podia, dentro da lei.

Agora, terminada esta ocorrência, como eu sempre disse, sofremos calados. Passamos por momentos difíceis, temos até dificuldades em contratar advogados, que são caros nestas ações, mas estarei agora com o resultado esta ação. Tão logo seja publicado, estarei entrando com uma ação contra o Estado do Paraná para cobrar tudo o que eles fizeram contra mim. Eles, os membros do Ministério Público, que não tiveram a decência de analisar o projeto antes de mandar recurso, porque o Ministério Público é feito para defender o direito, não o interesse. É o que eu penso. Está na Constituição: defender que é direito. E se eles tivessem visto direito o processo, veriam que na 1ª instância o Juiz disse que não passava de uma trama política, armada por membros, Deputado Professor Lemos, do seu partido, o PT. Mas, isso é coisa de trás. Eu aguentei até aqui.

E agora a ação termina e o Ministério Público, infelizmente, não viu direito e a ação foi até Brasília, só com a intenção de me prejudicar. Mas, isto é conversa para a sequência.

Era isto, Sr. Presidente. E dizer ao Ministério Público que eu estarei lá semana que vem, falando sobre o que eles querem que eu fale. Eu não tenho medo de falar. Eu vou falar da venda de sentenças no Estado do Paraná, como eles estão me pedindo aqui. Vou falar o que sei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Daria prorrogação de tempo a V. Exa., em virtude desta maravilhosa vitória que V. Exa. obteve.

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch, que declina do uso da palavra.

Não há nenhum Deputado inscrito no Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 106/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando regular os processos disciplinares da Polícia Militar do Paraná, buscando a modernização e o aperfeiçoamento da legislação estadual específica, de modo a preservar, com maior ênfase, os princípios de hierarquia e da disciplina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 107/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando estabelecer a quantidade de cargos de provimento em comissão e de exercício de funções acadêmicas, na estrutura organizacional das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES, com as suas respectivas simbologias e níveis de vencimentos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 914/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, requerendo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação - SEED, a construção de quadra poliesportiva coberta no Colégio Estadual Professora Maria Senek Wosnhaki, no Município de Mandirituba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 418/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/09, que objetiva da nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei nº 15878, de 09/07/08. **Aprovada. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 419/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 067/09, autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Santo Antonio do Paraíso. **Aprovada. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Mensagens).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Organização Frederico Guilherme Heche Virmond, com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública à AMAVIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/07, anexos aos Projetos de Lei nºs 298/08, 266/08 e 302/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a instituição do programa para destinação e recolhimento e óleo ou gordura utilizado na fritura de alimentos nos Órgãos Públicos do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Fundação Iguassu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Lar Batista Paranaense - LEP, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que cria a Semana Paranaense da Água e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. **Aprovada. (Publ. no DA nº 055/09, de 27/05/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 256/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 256/09, de autoria do Deputado Luiz Accorsi “cria a Semana Paranaense da Água e dá outras providências”.

Em síntese, o autor visa criar uma semana de eventos com vistas a desenvolver a consciência para preservar a água como recurso natural da humanidade da atual e futuras gerações.

Releva destacar que proposição não visa mudar o dia mundial da água que é comemorado no dia 22 de março de cada ano.

É competência do Estado legislar sobre a matéria e o projeto de lei pode ser iniciado por um Deputado Estadual, portanto, não há vício de iniciativa e usurpação de competência.

A assessoria técnica da CCJ reconheceu sua constitucionalidade e indicou o arquivamento em razão de sua “inocuidade”.

Em que pese os relevantes serviços prestados pela assessoria técnica, ousamos discordar para dizer que não cabe a esta CCJ analisar o mérito das proposições.

Cabe às demais comissões e ao plenário decidir se a proposição é inócua ou não, bem como sua relevância para a sociedade paranaense.

O parecer é pela constitucionalidade da proposição e consequente tramitação da proposição.

Reservamo-nos no direito de divergir no mérito nas demais comissões e no plenário.

Sala das Comissões, em 06/07/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 256/09

P A R E C E R :

Relatório

Vem à análise a Proposição de Projeto de Lei nº 256/09, cujo objeto é a criação da Semana Paranaense da Água e estabelece a semana de 29 de julho a 3 de agosto de cada ano para a sua celebração.

De autoria do Deputado Luiz Accorsi, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, a quem compete a análise de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, nos termos do Regimento Interno, com parecer pela constitucionalidade da proposição e consequente tramitação regimental.

Recepciona essa Comissão a proposição para emissão de parecer sobre o mérito, conforme a análise e voto a seguir exarados.

É o relatório.

Análise

A Proposição de Projeto de Lei nº 256/09, cujo objeto é a criação da Semana Paranaense da Água e estabelece a semana de 29 de julho a 3 de agosto de cada ano para a sua celebração, busca como finalidade trabalhar a realidade local, através da transmissão de conhecimento sobre a gestão dos recursos hídricos, o estudo da bacia hidrográfica com suas questões ambientais, o desenvolvimento de uma proposta construtiva relacionando temas transversais como meio ambiente, consumo, saúde e ética, ultrapassar espaços físicos com incursões a campo e envolver toda a comunidade com campanhas educativas que não visem apenas o conhecimento, mas o desenvolvimento de ações locais.

Em análise pela Assessoria Técnica da Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa de Leis, reconheceu a constitucionalidade da matéria, e extrapolando suas atribuições, opinou sobre o mérito declarando a presente proposição como inócua.

Discordamos frontalmente da opinião da Assessoria Técnica da CCJ.

A água potável começa a se tornar escassa em todo o mundo, em razão do desmatamento que afeta os mananciais, muitos deles chegando a secar, e do aumento do consumo, por força da expansão demográfica. A situação é tão grave que a previsão de técnicos de organismos mundiais preveem para dentro de 30 anos a transformação da água potável em bem natural mais valioso que o petróleo.

O Estado do Paraná não é exceção à regra. Vários de nossos rios têm se transformado em valões infectos, tanto em nossa Capital quanto nas demais cidades, e os maiores já não apresentam condições ideais, embora sejam responsáveis por grande parte do abastecimento de água potável de nossa população.

O cidadão comum precisa ser alertado para a responsabilidade que cada um de nós tem na defesa desse bem natural valiosíssimo que é a água potável. Não basta que queiramos dos diversos níveis de Governo providências em obras públicas. Nem basta, também, que existam leis de preservação dos rios, mas que ninguém cumpre. É indispensável que cada ser humano se sinta igualmente responsável pela proteção de nossos mananciais de água doce.

Despertar essa consciência de todos os paranaenses é o que objetiva o presente projeto de lei, sensibilizando-se sobretudo as novas gerações para a responsabilidade que têm na defesa das nascentes e dos cursos de água potável, para que o futuro de todos não chegue com o grave problema da água escassa.

Ao instituir a Semana Paranaense da Água, o Estado do Paraná estará oportunizando o reconhecimento da distinção entre a gestão da oferta da água e as diversas linhas de gestão de demanda dos recursos hídricos para os diferentes usos. Por gestão da oferta, entendemos o planejamento e a efetivação das ações e providências necessárias à preservação, proteção e

conservação dos corpos de água, inclusive aquelas que dizem respeito a formas mais adequadas de uso, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental e social. Quantos aos diferentes usos da água e dos corpos hídricos (abastecimento humano, serviço de esgotamento sanitário, uso industrial, irrigação, dessedentação de animais, navegação, mineração, pesca, geração de energia, esporte, turismo, preservação da biodiversidade, drenagem urbana etc.), cada um situa-se dentro de um contexto setorial específico, com suas diretrizes políticas, sejam de órbita pública ou privada.

As atividades e iniciativas da Semana Paranaense da Água pode ter, como seu foco a conscientização sobre a importância da água da natureza em todas as fases do ciclo hidrológico e na proteção dos corpos hídricos enquanto componentes ambientais. Tudo isso pode ser traduzido em uma orientação de apoio e reforço ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

Os agentes responsáveis pelos diversos usos terão a oportunidade de promover o esclarecimento, o debate e a defesa de diversos interesses iminentes a cada setor usuário, especialmente aqueles de maior relevância social, como o abastecimento público.

Em suma, a Semana Paranaense de Água poderá ser, também, uma oportunidade para esclarecer equívocos e ambiguidades que ainda existem entre a política e a gestão das águas, por um lado e as políticas e as gestões setoriais, por outro.

Ao instituir uma Semana da Água, não estaremos inovando, mas somando aos esforços de outras iniciativas semelhantes. Exemplos não faltam.

Vários Estados e Municípios de nossa Federação já possuem iniciativa semelhante. Igualmente em diversos Países e congregações de Países promovem evento semelhante com diversas ações para que exista uma preocupação mais intensa em proteger os mananciais hídricos, proporcionando o manejo correto das fontes de água.

E em novembro de 1992, no XXIII Congresso Interamericano da AIDIS, através de uma declaração firmada pela AIDIS (Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental), a CWWA (Associação Caribenha de Água e Esgotamento Sanitário) e a OPS (Organização Pan-Americana de Saúde), foi criada o Dia Interamericano da Água por perceberem que, apesar das muitas fontes naturais existentes em todos os Países, a população carente tem acesso limitado aos serviços básicos de saneamento. Por isso, acaba ficando exposta a elementos químicos e agentes parasitários, o que resulta em aumento no coeficiente de doenças e, consequentemente, contribuindo para o desequilíbrio ambiental. Esperam obter com a iniciativa o apoio de todos os segmentos da sociedade em cada um dos Países latino-americanos e caribenhos, seja possível convencer os Governos locais da importância de investir em saneamento e da democratização do acesso à água potável e tratada. Estudos confirmam que os indicadores de saúde são melhores e os problemas coletivos de saúde apresentam redução quando isso acontece.

Em abril de 2001, a OEA (Organização dos Estados Americanos) se incorporou aos promotores dessa iniciativa. Em agosto, por iniciativa da OPS, ABES e ABEMA (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente) foi lançada uma campanha para difundir o evento em todos estados brasileiros. Hoje, a proposta é promover a Semana Interamericana da Água com o tema - Água: não ao desperdício, não à escassez - justamente por saber que, conforme dados da UNESCO, apenas 0,25% do total da água, no chamado planeta azul, está acessível para uso. Outros 2,25% de água doce inclui geleiras e águas em grandes profundidades. O restante, 97,5% é constituído por oceanos e a tecnologia para dessalinização é cara.

Uma nova concepção de mundo deve existir: o cuidado com a nossa água é uma questão primária. O potencial de água de um Município é considerado um ponto estratégico fundamental no desenvolvimento sustentável dos Estados.

O principal objetivo da Semana Paranaense da Água é justamente levar às comunidades e aos Governos enxergar a relação estreita que existe entre o acesso à água tratada e à saúde. Portanto, todos os mecanismos educativos devem ser utilizados para despertar uma consciência individual e coletiva em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.

III - Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos pelo mérito e o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 256/09 e consequente tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 24/10/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

Nada mais havendo a tratar...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

V. Exa. está encerrando no item nº 08?

Não temos os itens nºs 09 e 10 ainda?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece a V. Exa., porque acho que o clipe aqui não está funcionando e a última folha ficou nos arquivos.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 444/09, de autoria do Poder Executivo autorizado a efetuar a doação ao Município de Califórnia, de área com 720m², com edificação, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E COPTC. (Publ. no DA nº 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 444/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo oriundo da Mensagem n° 073/09, autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Califórnia

É legítima a iniciativa legislativa de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual, nos seus artigos 65 e 10:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos em caráter social.

Parágrafo Único. A alienação a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar n° 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 444/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva a efetuar a doação de imóvel ao Município de Califórnia, no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu parecer favorável da d. Com. de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Segurança Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento da Secretaria Municipal de Educação.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

É lógico que não serei contra, serei favorável. Mas o que nos causa muita estranheza é que, nas últimas Sessões da Assembleia Legislativa, o que vem de mensagens do Governo do Estado doando terrenos para as Prefeituras é algo incalculável. Quer dizer, se fizermos um levantamento, são dezenas e dezenas de imóveis que estão sendo doados para os Municípios. E é importante que se diga que nas mensagens que vêm, não vem qual é a finalidade desse terreno que está sendo doado ao Município, se esse terreno já pertencia ao Município e se foi doado ou não.

Por outro lado, dizer aos Srs. Deputados que estamos fazendo um trabalho há mais de 30 dias sobre a ParanaPrevidência, e daqui a 15 anos a ParanaPrevidência vai estar sem dinheiro, terá dilapidado todo o seu patrimônio. Daqui a 15 anos uns estarão aqui e outros não estarão mais, mas a ParanaPrevidência foi criada como o objetivo único de salvaguardar o direito dos funcionários que estão na ativa hoje, para que na época em que chegasse a sua aposentadoria pudessem ter lastro na ParanaPrevidência, para capitalizá-la. E o que diz a lei que criou a ParanaPrevidência? Como ela iria formar o seu fundo?

Com os ativos e também com a venda de imóveis que o Estado tem. E o Estado agora está doando tudo, ao menos está doando para os Municípios o seu patrimônio. No mínimo o Governo do Estado poderia informar, quando manda essas mensagens para a Assembleia, e pediria isso ao Líder do Governo, que quando se manda essas mensagens para a Assembleia, se esses terrenos que estão sendo doados para os Municípios, se eles estão retornando ao Município porque o Município já tenha doado, qual é a finalidade. Por que doar tantos terrenos agora?

Então, se temos um problema sério na ParanaPrevidência, e temos levantado que até o mês de agosto o déficit em relação à receita e o que a ParanaPrevidência gasta, fora os inativos que estão no fundo financeiro, há um déficit de algo em torno de R\$ 400 milhões.

Deputado Romanelli, quando o Tribunal de Contas aprovou as contas do Governo do Estado no ano passado, em 2008, referente ao ano de 2007, fizeram as observações e nenhuma das determinações foram cumpridas. Neste ano, novamente houve outras recomendações e determinações que o Tribunal de Contas fez em relação à ParanaPrevidência, e nenhuma foi cumprida.

O que vai acontecer com a nossa ParanaPrevidência? O que vai acontecer com os funcionários do Estado do Paraná? Vamos acabar com a ParanaPrevidência?

Jogar todos os aposentados amanhã, que estão na ativa hoje, porque não vai ter lastro, porque o patrimônio que o Estado do Paraná tem está sendo doado para os Municípios! Por que agora, no final do Governo, quando o Roberto Requião vai ficar quanto tempo ainda? Cento e cinquenta dias no comando, e doando tudo para os Municípios

Temos que pensar na governabilidade dos futuros Governos em relação à ParanaPrevidência e em relação a governabilidade do Estado do Paraná. Não posso pensar como administrador na próxima eleição. Tenho que pensar na próxima geração. E a ParanaPrevidência já serviu de modelo e de exemplo no Brasil, daqui foram tirados muitos modelos, Deputado Belinati, Deputada Cida, Deputado Duílio. Só que agora, o que está acontecendo com a ParanaPrevidência? Estamos fazendo um trabalho, estamos debruçados em cima disso há mais de 30 dias e vamos trazer os números a essa tribuna e mostrar para os Srs. Deputados e para as sociedade do Paraná, mas principalmente mostrar para os funcionários públicos do Estado do Paraná da ativa, seja da Educação, seja da Saúde, seja militar, ou seja civil, vamos mostrar o que está acontecendo na ParanaPrevidência, no Estado do Paraná.

Não podemos aceitar isso na forma como as coisas estão acontecendo aqui no Estado. Tem que ter responsabilidade com os funcionários que estão na ativa hoje. Senhores funcionários que estão me assistindo em casa, fiquem alertas com o vosso futuro, fiquem atentos com o que está acontecendo com a ParanaPrevidência.

Faço este alerta neste momento em que estamos votando mais um projeto de lei, retornando, ou doando, imóveis do Estado para as Prefeituras. Qual é o objetivo? Por quê? De quem era o imóvel? É esse o esclarecimento que precisamos saber. Eu, lógico, vou votar favorável, jamais vou votar contra o Município de Califórnia. Mas o mínimo que o Governador poderia fazer é, na justificativa que ele manda da mensagem, dizer: “Olha, esse imóvel será devolvido para o Município, ou lá funcionou a Secretaria da Receita”. Por que está retornando? O que está acontecendo nisso aí?

Esse é o alerta e essa é a declaração que faço hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Só quero esclarecer, claro que V. Exa. tem razão, em parte, porque no ofício encaminhado pelo Chefe da Casa Civil, ele diz que é doação da área com edificação, e na justificativa do Governador é para funcionar a Secretaria Municipal de Educação de Califórnia. Então, deve ter sido um prédio daqueles desativados da Receita do Estado. Eu sei de vários que foram para o Batalhão da Polícia.

E o pior, o Presidente não deve comentar, mas estão desativados os postos rodoviários da Polícia Militar do Estado do Paraná. Vamos ter um déficit de policiamento nas estradas, nos entroncamentos. É um assunto que esta Casa tem que pensar e não deixar que a Polícia

Rodoviária assuma. Já assumiram, e querem expulsar os nossos policiais rodoviários que cuidam das nossas estradas estaduais.

Vamos ter muitos problemas, porque é aonde os ladrões, os traficantes são presos, e temos que ter muito cuidado.

Desculpe a intromissão. Deputado Romanelli com a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

V. Exa. não fez uma intromissão, fez um alerta, porque eu fui à tribuna desta Casa, falei sobre isso quando, por decisão do TRF-4, a Polícia Rodoviária Estadual foi proibida de fiscalizar as rodovias federais. E por ordem do Ministério Público Federal, que moveu a ação para que a Polícia Federal assumisse as rodovias federais do Paraná, foi determinado que eles assumissem todos os postos.

Nós sabemos, e eu conversei, há um convite desta Casa já formulado ao Diretor Geral da Polícia Rodoviária Federal, ele que é nosso conterrâneo, pessoa extremamente competente, e à época já me disse: “Eles mobilizaram efetivo do Brasil inteiro para poder atender”. Sei que é impossível, o custo inclusive é altíssimo. Assim, do ponto de vista da gestão, a decisão judicial foi muito ruim, embora tenhamos que reconhecer o seguinte: o artigo 144 da Constituição Federal efetivamente assegura que é competência privativa da Polícia Rodoviária Federal a fiscalização das rodovias federais. Só que ele têm que, efetivamente, estar com o efetivo nas nossas rodovias, porque senão vamos ter um grande prejuízo sobre esse tema.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer o seguinte aqui: que em relação ao que o Deputado Elio Rusch tratou sobre a ParanaPrevidência, Deputado Elio Rusch, V. Exa. é um Parlamentar esforçado, mas é um mau leitor de balanço. A ParanaPrevidência tinha, em 2003, R\$ 400 milhões no fundo previdenciário. Hoje tem R\$ 4 bilhões e 900 milhões. Quem banca o pagamento da folha e vai ficar bancando nos próximos anos é o caixa do Tesouro.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Pergunto: estamos discutindo o valor da ParanaPrevidência ou discutindo uma mensagem? Quando discuti a mensagem eu disse para quê podia servir esse terreno. Não entrei em valores, não disse quanto a ParanaPrevidência tem. E esses números que o Deputado Romanelli está mostrando não são verdadeiros.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Vou chegar lá na questão do terreno sim, mas estou argumentando pela ordem do meu raciocínio. O Deputado Elio Rusch só quer ouvir aquilo que lhe convém. Quando eu digo aqui que tem 4 bilhões e 900 milhões no

fundo previdenciário da ParanaPrevidência, que está sendo muito bem gerida pelo Desembargador Munir Karan, que é uma pessoa extraordinária, com uma diretoria de gente competente - aliás, Deputado Elio Rusch, V. Exa. deveria dirigir-se ao gabinete da presidência desta Casa e dizer que o Deputado Nelson Justus é um irresponsável, e o Presidente do Tribunal de Contas também.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, não posso aceitar isso calado. Estamos discutindo um projeto e o Deputado Romanelli está desviando totalmente o assunto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar)

Faz 30 dias que o Presidente Nelson Justus e o Presidente do Tribunal de Contas...

(É lhe tirado o som)

... para fazer a adesão da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas ao ParanaPrevidência, que já tem o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Poder Executivo. E com um conselho de fiscalização nas aplicações. Não é possível que um Parlamentar possa fazer o que ele fez aqui. Ele nunca viu tanta doação de terrenos, porque nunca viu, neste Estado, tanta obra. Ele foi de uma época que se desacostumaram a ver construir obras nos Municípios para atender Educação, Saúde. Ele era da época, sim, de privatizar rodovia, privatizar BANESTADO, como disse aqui o Deputado Jocelito Canto, 65 milhões todo mês. Aí, para vender as coisas do Paraná é fácil.

Esse prédio vai ser utilizado pela Secretaria Municipal da Educação, no Município de Califórnia, que o Deputado Antonio Anibelli representa aqui nesta Casa como muita honra, lutou para que esse projeto pudesse ser votado nesta Casa. Não está subtraindo nada da ParanaPrevidência.

Deputado Elio Rusch, não confunda os Parlamentares. As pessoas aqui leram qual é o objetivo e sabemos que é um objetivo nobre, importante, porque vai atender a área da Educação.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, essa sua sugestão de levar esse imóvel para Califórnia é ótima, e é para a Educação. Todos aqui vivem pedindo investimento na Educação, o Professor Lemos cada dia reclama aqui. Vamos valorizar a nossa querida Califórnia. É melhor dar um imóvel para a Prefeitura do que vender a preço de banana as agências do BANESTADO, como foram vendidas, e que alguns espertalhões compraram como abacaxi no fim de feira. É melhor vender do que dar para alguns companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Voltando à Polícia Rodoviária Federal, no sábado passado viajei uns 300 quilômetros e não encontramos uma viatura da Polícia Rodoviária Federal na Rodovia do Café. Rodovia essa que, por um projeto de lei desta Casa, de minha iniciativa, chama-se Ney Amintas de Barros Braga, em homenagem ao Governador Ney Braga. E até hoje não tem nenhuma placa. Eu vi a lei ser implantada. É lei e ninguém pôs uma placa. Então, a Polícia Rodoviária Federal está aquém da expectativa e, graças a Deus, os acidentes foram menores, mas sem a nossa gloriosa Polícia Rodoviária Federal, vamos ficar com déficit.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PP)

Pela ordem, Presidente.

(Assentimento)

Presidente, me permita pegar uma carona no embate Elio Rusch x Deputado Romanelli. Parece que tinham até combinado, porque a Sessão estava assim meio monótona, muito lenta, aí resolveram elevar a temperatura. Isso é bom, ganha o povo do Paraná.

Fiquei feliz com a revelação do Deputado Romanelli, o grande Líder do Governo. Deputado Romanelli, que notícia boa que V. Exa. deu. ParanaPrevidência, mais de 4 bilhões e 900 milhões no caixa, quase 5 bilhões em número redondos. Quem sabe agora, vamos pegar uma carona, Deputado Romanelli, quem sabe, já que tem o dinheiro para dar uma aposentadoria melhor para o servidor público do Paraná e para os policiais militares da reserva. Essa é a grande notícia do Deputado Romanelli, que vamos nesse embalo, de carona, para ajudar o servidor público aposentado e o policial militar.

Obrigado pela grande revelação, ao final da Sessão, Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Pena que o Deputado Mauro Moraes não está presente, senão iria ficar com ciúme de V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É o nosso Reitor mesmo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Elio Rusch, lhe concedo a palavra, mais uma vez. Aqui é democracia, todo mundo fala.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, encaminhei o projeto sobre a ParanaPrevidência, vou trazer os números, e vou trazer mais, vou mostrar quanto tinha de ativos em 2002/2003. Vou mostrar que isso que o Deputado Romanelli falou não é verdadeiro. O Deputado Romanelli deveria falar de quanto são os haveres que a ParanaPrevidência tem. V. Exa. deveria dizer que o atual Governador Roberto Requião, desde maio de 2003, não repassa um centavo da Constituição à ParanaPrevidência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
O dinheiro está no caixa, Deputado Elio Rusch!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)
Não está no caixa! Deixou de pagar! Caloteiro!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Está no caixa, sim! Sei que dói isso para V. Exa., mas o dinheiro está no caixa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
Em votação o projeto. Encerrada a votação.
Aprovado.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 109/09, de 21/09/09, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 497/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública estadual a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista o equívoco quanto ao foro da referida organização, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 497/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização de Ensino e Pesquisa do Paraná - OREPAR, com sede no Município de São Mateus do Sul e foro no Município de Curitiba.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
Deputado Jocelito, estamos encerrando a semana com chave de ouro, às 18h30.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Tem oito Deputados, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
Os Deputados já pegaram o avião. Eu faço um apelo a V. Exa. O último projeto é do Deputado Reinhold Stephanes Júnior, que não está presente, infelizmente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)
Mais um motivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
É utilidade pública, Região Norte, Município de Luiziana, que representamos também.

Vamos encerrar e, talvez, possamos para a semana que vem convocar o pessoal da Polícia Militar, da Polícia Rodoviária, para chegarmos a uma conclusão, para não deixarmos as nossas rodovias estaduais sem policiamento. Precisamos ter muito cuidado. Desta discussão, talvez, tenhamos alcançado alguma coisa a mais para podermos fazer muito melhor pelo Paraná, que é a nossa função e por isso somos bem pagos.

Deputado Jocelito, a Presidência agradecer.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede e foro no Município de Luiziana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 121/09, de 13/10/09, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 562/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede e foro no Município de Luiziana/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista o equívoco quanto ao foro da referida organização, sugere-se a emenda modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 562/09**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Moradores da Região Norte - AMONO, com sede no Município de Luiziana e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 018, 287 e 361/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 704/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 256, 444, 497 e 562/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 282, 441, 447 e 576/09.

Esta Presidência encerra a Sessão, desejando a todos um feliz regresso aos seus lares, e uma semana próxima vindoura com muito trabalho e com as bênçãos de Deus.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Constituição e Justiça**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Neivo Beraldin e Pastor Edson Praczyk. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Ademar Traiano. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 429/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli; Nereu Moura e Caíto Quintana; 02) Projeto de Lei nº 287/09, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 333/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Sr. Deputado Ademar Traiano SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Artagão Júnior apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 552/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 552/09, de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma das emendas anexas - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 510/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 449/09 e 423/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 449/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei Complementar nº 423/09, de autoria do Tribunal de Contas. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Luiz Carlos Martins SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Professor Lemos. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Caíto Quintana. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 362/09, de autoria do Deputado Mario Roque. Parecer do Deputado Douglas Fabrício pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 407/09, de autoria do Deputado Ademir Bier. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 413/09, de autoria do Deputado Mario Roque - Altera dispositivos da Lei nº 16128/09. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 421/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti. O Sr. Deputado Duílio Genari SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 433/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 441/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 444/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 447/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 462/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 463/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 464/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 469/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 470/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 473/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 478/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer

FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 479/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 485/09, 352/09, 726/07, 092/07, 403/07, 734/07, 565/09, 410/08, 432/08, 511/09, 536/09, 578/07, 747/07, 546/09, 564/09, 490/09 e 294/07. O Sr. Deputado Artagão Júnior apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 585/09. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 17) Projeto de Lei nº 485/09, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 352/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 726/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. O Sr. Deputado Reni Pereira SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 20) Projeto de Lei nº 092/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Caíto Quintana e Professor Lemos SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 21) Projeto de Lei nº 294/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 403/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 578/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 734/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 747/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 410/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 432/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 28) Projeto de Lei nº 585/09, de autoria dos Deputados Chico Noroeste e Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 456/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 492/09, de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 497/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 553/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa -

APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 562/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 571/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 282/09, de autoria do Deputado Professor Lemos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 504/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 576/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Ana Andretta - Secretária

